Editores da Coluna Opinião **20-08-2025**

Uma breve conjuntura da luta sindical pela saúde (II)

por **Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos**

[Boletim Informativo nº 49, setembro 2019, Perfil Sindical]

Continuando...

4 – Se o sindicalismo brasileiro que hoje tem um exército de desempregados que lhes foram afiliados compulsoriamente pelo imposto sindical, nunca fizeram nada por eles ao se desfiliarem, como fazer agora para trazê-los para perto e encorpar a luta?

5 – Se o sindicalismo brasileiro priorizou a luta pela monetarização do risco, ao invés da luta pela saúde, o que fazer agora, sem o adicional de insalubridade e sem saúde? Ao se render à monetarização do risco, o sindicalismo brasileiro abdicou do discurso de defesa da saúde.

6 – Se a academia produziu nos últimos 46 anos, desde o primeiro curso oficial de Medicina do Trabalho (Fundacentro), hordas e mais hordas de porta-vozes da ciência de ST determinada pelo capital, como reverter ideologicamente as centenas de milhares (não devidamente contabilizados de médicos, enfermeiros, engenheiros e técnicos de segurança) de profissionais subservientes à ordem do adoecimento e morte oficialmente consentida no trabalho?

7 – Se a academia, nas suas inúmeras áreas de conhecimento afins ao mundo do trabalho na sua relação com a saúde, aliás, todas, mas com algumas mais próximas (medicina, engenharia, enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia, geografia, ciências agrárias, toxicologia, serviço social e, entre outras, principalmente, saúde coletiva) transmite o conhecimento advindo da ciência subalterna ao capitalismo originado no início do século XIX, o que fazer?

8 – Se o SUS, que trouxe para si a nova ordem de uma ST constitucional, não tem na gestão de seus aparelhos e, grave e principalmente, na vigilância da saúde, a defesa da ST como palavra de ordem de seus 5.600 gestores municipais, qual conjuntura, por mais favorável que seja, é capaz de reverter o que, há décadas, é a maior calamidade de saúde pública do Brasil?

9 – Se o SUS tem como conquista maior da democracia participativa na sua condução o controle social e na composição dos conselhos de saúde, em todo o Brasil, tem a participação majoritária de segmentos religiosos (principalmente evangélicos) e minoritariamente de sindicatos e trabalhadores organizados, como fazer para discutir ST, onde a pauta não é essa? Se nem os sindicatos, nem a academia, nem o aparelho de estado (do SUS), nem os poderes montesquianose nem mesmo a população enxerga a tragédia do adoecimento e morte no trabalho, o que fazer?

Para NÃO responder a essas perguntas que poderiam ser muitas mais, só há uma tomada de posição na atual conjuntura: reinventar uma saúde do trabalhador com (o que sobrar d)os trabalhadores.

Articular novos espaços de construção de conhecimentos e luta fazendo a crítica do que foi feito e estabelecendo novas estratégias do que ainda não foi feito. O movimento sindical, além de estar exangue, não confia na academia. Então, o primeiro passo é a academia fazer-se confiável aos trabalhadores. Muitos dos serviços de saúde não dão respostas, ainda que tenham como missão a ST, caso da Renast (a Rede Nacional de ST do SUS). Não se pode contar plenamente com seus 215 Cerest - Centros de Referência de ST - espalhados pelo país, com um aporte (ainda) mantido de R$ 77 milhões (aproximados) anuais, desde 2002. Some-se. A visão estreita de há décadas de muitos dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho (que nem existe mais) sobre a atuação do SUS na ST, tentando, a todo custo, impedi-la é fator de confusão paralisante. A postura, de certo modo perversa e pervertida, de grande parte dos peritos médicos do INSS que contribuem com o sofrimento dos trabalhadores pelo trabalho e lhes negam "um gesto de caridade" de reconhecimento de nexo causal e/ou de lhes conferirem um tratamento cordial, contribui para o desalento. A postura dos Conselhos de "Ética" - Medicina, Engenharia e Advogados (CRM, CREA, OAB), onde muitas vezes são protegidos os profissionais que contribuem para manter condições de trabalho tantas vezes assassinas é outro fator de desalento. O descaso da Vigilância Sanitária do SUS que encruou em sua prática a ideia de que a ST "não é de sua conta", mesmo com a miríade de normativas, inclusive constitucionais,

é um fator essencial de paralisia

da saúde do trabalhador no SUS.

O Fórum Intersindical de Saúde-Trabalho-Direito, criado há 4 anos, abrigado na ENSP/Fiocruz, no seu Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural, é um espaço de resistência que tem consciência de sua incapacidade de mudar qualquer ordem secularmente estabelecida, mas também sabe que existe para fazer críticas, como essas acima, perguntas e propostas de mudança.

Como uma gota d'água no oceano são realizados encontros periódicos e permanentes, cursos de formação para trabalhadores, sindicalistas, profissionais de serviço e estudantes, publicação de materiais diários de debate sobre ST e matérias afins e outras produções.

Como se trata, principalmente, de uma trincheira de resistência, ainda que não sirva a todos os propósitos almejados, serve para dizer que nem tudo está totalmente dominado.

■ ■ ■

Nota: Texto solicitado pela Professora Annamaria Tambellini sobre a conjuntura do movimento sindical no governo Jair Bolsonaro. 28/07/2019.

OBS. O texto escrito há quase seis anos contempla o debate que se avizinha com a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical.
A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões,
na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.